

BRASIL: AS RAÍZES DO MUNDO DO TRABALHO a difícil luta pela autonomia dos trabalhadores¹

Mário Maestri²

RESUMO

Origens europeias do mundo do trabalho no Brasil. Apresenta-se uma análise do mundo do trabalho na Europa evidenciando que o surgimento da burguesia e do proletariado se deu em decorrência das contradições dos ofícios urbanos. Discorre-se sobre as raízes do trabalho no Brasil, destacando suas singularidades e as marcas do longo domínio da escravidão. Evidencia-se que a produção fabril nasce dispersa sob a influência do imigrante europeu.

Palavras-chave: Trabalho – Raízes - Brasil. Trabalhadores brasileiros - Consciência.

1 EUROPA: as raízes do mundo do trabalho

1.1 Europa: a pré-história do moderno mundo do trabalho

As origens históricas do moderno mundo do trabalho no Brasil são profundamente singulares em relação ao continente europeu, que conheceu, por primeiro, na história da humanidade, a produção e a organização social capitalista e as primeiras expressões e materializações das tendências autonômicas das classes operárias.³

Na Europa, o moderno mundo do trabalho originou-se no bojo da produção e da ordem feudal e das lutas pela liberdade comunal. Ele assentou suas raízes sobretudo nos ofícios urbanos, formados por homens livres e embalados pelas contradições entre aprendizes, oficiais e mestres.⁴

Esse universo sócio-produtivo pré-capitalista, onde o domínio das práticas artesanais era objetivo de vida e meio de progressão social, propiciou o desenvolvimento de ética, de moral e de sociabilidade mestreiras que valorizavam o trabalho produtivo e desvalorizavam o lazer improdutivo dos

¹ Agradecemos a leitura e os comentários da lingüista dra. Florence Carboni, do Programas de Pós-Graduação em Linguística da UPF.

² Maria Maestri, 55, é historiador, doutor e professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF-RS). E-mail: maestri@via-rs.net.

³ Cf. MARX, Karl. Il processo di accumulazione del capitale. In: _____. Il capitale: critica dell'economia política. Roma: Riuniti, 1994. MORI, G. La Revolución Industrial. 2. cd. Barcelona: Critica. 1987. MANDEL, Ernest. Tratado de economia marxista. México: Era, 1969.

⁴ Cf. HOLMES, George. A Europa na Idade Média: 1320-1450. Hierarquia e revolta. Lisboa: Presença, 1984. BLOCH, Marc. La société féodale. Paris: Albin Michel, 1968.

segmentos de baixo — mendigos, pedintes, andarilhos, etc. — e de cima — frades, nobres, etc.

A gênese e o desenvolvimento do capitalismo europeu ensejaram a radicalização das contradições sociais internas aos ofícios. Os mestres tenderam a apartar-se da produção, transformando-se em detentores do capital. Os oficiais e os aprendizes perderam o domínio relativo dos meios de produção, transformando-se em vendedores de sua força de trabalho.⁵

Na Holanda, Inglaterra, França, Portugal, Espanha, etc., o desenvolvimento industrial frustrou-se, ou consolidou-se na consecução, ou não, da revolução burguesa.⁶ Esse processo ensejou a formação de fortes éticas, morais e sociabilidades burguesas e plebeias, antepostas às visões aristocráticas de mundo. Ele consolidou os princípios civis cidadãos, ainda que em formas restritas.

1.2 Europa: a pré-história rural do moderno mundo do trabalho

Nos séculos 19 e 20, a formação do moderno mundo do trabalho europeu consolidou-se com a crescente incorporação de produtores rurais expulsos, para a cidade, desde os campos onde mais comumente viviam de uma economia camponesa familiar independente ou subordinada.⁷

Em geral, havia séculos que esses produtores rurais tinham conquistado a liberdade pessoal plena. Portanto, em geral, os encargos feudais gravavam a terra e não mais os homens, que conheciam sólidos laços familiares e societários, engendrados no contexto dos profundos vínculos com uma terra que assimilava e coagulava o trabalho pretérito.

Os vínculos familiares e societários camponeses articulavam-se habitualmente em torno da comuna rural — aldeia. A estabilidade da relação com a terra; a independência produtiva absoluta ou relativa; os laços e as relações familiares e societárias; as práticas e interesses comunais, etc. ensejaram visões camponesas de mundo tendencialmente autônomas e anti-aristocráticas.

1.3 Europa: a libertação pelo trabalho

⁵ Cf. MARX, Karl. La produzione del plusvalore relativo. In: _____. *Il capitale: critica dell'economia política*. Roma: Riuriti, 1994.

⁶ Cf. HILL, Christopher. *A revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença; Brasil: Martins Fontes, 1977. GUERIN, Daniel. *Bourgeois et bras nus: 1793-1795*. Paris: Gallimard, 1973. CUNHAL, Álvaro. *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*. 2. ed. rev. e aum. Lisboa: Estampa, 1980. CASTRO, Armando. *Lições de História de Portugal: as classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade, séc. XVI e XVII*. Lisboa: Caminho, 1983.

⁷ Cf. MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. KAUTSKY, Karl. *La cuestión agrária*, Mexico: Cultura Popular, 1978. MARX, Karl. *Il processo di accumulazione del capitale*. In: _____. *Il capitale: critica dell'economia política*. Roma: Riuriti, 1994.

O processo da luta do mundo do trabalho europeu, sobretudo urbano, pela construção de instâncias sociais, políticas e ideológicas autonômicas realizou-se no bojo da sua transição de classe em si em classe para si, que materializava a tomada de consciência das necessidades comuns nascidas de mesma inserção em processo produtivo objetivo, gozando de relativa estabilidade.⁸

O processo subjetivo e objetivo de tomada tendencial de consciência por parte da classe operária apoiou-se nos laços societários e de identidade que os trabalhadores de origem urbana e rural mantinham e haviam mantido nos períodos históricos anteriores e nas conquistas civis e cidadãs mínimas obtidas no contexto das revoluções burguesas.

Comumente, para os mesterais e produtores rurais, a proletarização constituiu expropriação material e espiritual em relação às realidades sócio-produtivas passadas. As romantizações literárias do mundo feudal e o movimento ludista foram expressões e reflexos sociais, culturais e ideológicos da perversa regressão social relativa determinada pela revolução industrial.⁹

Na Europa, o processo de formação da autonomia do trabalho constituiu reconstrução de experiências sociais rurais e urbanas, sobre bases materiais e espirituais superiores, materializada no trabalho socializado na fábrica moderna. Esse processo apoiava-se igualmente na possibilidade objetiva de superação histórica das experiências passadas e presentes através da construção de sociedade socialista e comunista.

2 BRASIL: as raízes do mundo do trabalho

2.1 Brasil: a pré-história urbana do moderno mundo do trabalho

Em relação à Europa, são radicalmente singulares e superficiais as raízes do moderno mundo do trabalho brasileiro, gerado no contexto da civilização colonial e imperial luso-brasileira.¹⁰ O desconhecimento dessa diversidade qualitativa motiva profundas incompreensões, com importantes consequências na prática teórica e social.

Até a Revolução Abolicionista,¹¹ em 1888, o modo de produção escravista colonial dominou as formas subordinadas de produção, pejando profundamente o universo social, econômico, cultural, ideológico, etc. do

⁸ Cf. MARX, Karl. Miséria da filosofia. São Paulo: Grijalbo, 1976. p. 164.

⁹ Cf. MARX, Karl. La produzione del plusvalore relativo. In: _____. Il capitale. Roma: Riuniti, 1994. PALMA, Arnado de. La machine e l'industria da Smith a Marx. Torino: Einaudi, 1971.

¹⁰ Cf. BOXER, C. R. O império colonial português. Lisboa: Edições 70, 1977.

¹¹ Cf. GORENDER, Jacob, A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990. p. 132-188. MAESTRI, Mário. A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro. ANDRADE, Manuel Correia de. (Org.). Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2001. p. 49-77.

Brasil.¹² Além mesmo da vigência da formação social escravista, o não trabalho — e não o trabalho — foi expressão de elevação e superação social.

Na escravidão, a progressão social não se dava através do trabalho que inseria o indivíduo no espaço produtivo urbano ou rural. Ao contrário, a ascensão do sopé ao cume da pirâmide social efetuava-se através da metamorfose do trabalhador escravizado em escravizador. Ainda que esse movimento ascendente fosse numérica e economicamente desprezível, ele teve importância sócio-ideológica na consolidação do mundo escravista, ao manter via aberta aos explorados mais afortunados e empreendedores — cativos ganhadores, artífices, capatazes, etc.¹³

2.1.1 Escravidão urbana

No Brasil colonial e imperial, o trabalho livre foi singularidade subordinada pela produção escravizada. Como fora habitual na Europa, quando da Antiguidade,¹⁴ e em Portugal, ainda nos Tempos Modernos, os escravizadores ensinavam ao cativo urbano um ofício para que fosse explorado diretamente, alugado ou mandado vender sua habilidade pelas ruas e praças das aglomerações.

Não houve transposição da organização mestrel portuguesa para o Brasil. Ao contrário, houve transferência e radicalização da prática lusitana de utilizar a mão-de-obra escravizada nos diversos misteres artesanais. Portanto, essa última prática social, subordinada em Portugal pelo trabalho livre, assumiu caráter dominante no Brasil.¹⁵

Até fins do Império, nos centros urbanos, os mestres compravam trabalhadores escravizados, ensinavam-lhes os ofícios, viviam do esforço servil, apartando-se crescentemente do trabalho produtivo. O número de cativos possuídos e o grau de estranhamento da produção direta determinavam a maior ou a menor dignidade social dos mestres.

O trabalhador escravizado era comumente alugado a privado ou ao Estado pelo escravizador que recebia o valor total do arrendamento do cativo de aluguel. Esse trabalhador era alimentado pelo seu detentor e, menos

¹² Cf. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1988.

¹³ Cf. LUNA, Francisco V. Minas Gerais: escravos e senhores. Uma análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratários (1718-1804). São Paulo: IPE/USP, 1981.

¹⁴ Cf. GARLAN, Yvon. Les esclaves en Grèce Ancienne. Paris: Maspero, 1982. STAERMAN, E. M.; TOFIMOVA, M. L. La schiavitù nell'Italia imperiale. Roma: Riuniti, 1975. MAESTRI, Mário. O escravismo antigo. 17 cd. São Paulo: Atual, 1999.

¹⁵ Cf. SAUNDERS, A. C. de C. M. História social dos escravos e libertos negros em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. BRAGA, Isabel M. R. Mouriscos e cristãos no Portugal quinhentista: duas culturas e duas concepções religiosas em choque. Lisboa: Hugin, 1999. TINHORÃO, José Ramos. O negro em Portugal: uma presença silenciosa. Lisboa: Caminho, 1988. HELENO, Manuel. Os escravos em Portugal. Lisboa: Anuário Comercial, 1933.

comumente, pelo arrendatário, que economizava ainda mais somiticamente que o escravizador nos gastos de manutenção do cativo, já que desinteressado na perpetuação da sua força vital.¹⁶

2.1.2 Romantismo arbitrário

O cativo ganhador locomovia-se livremente pelas ruas das aglomerações, oferecendo produtos e serviços, sob a condição de pagar um ganho fixo — diário, semanal, mensal — ao escravizador. Ele investia o obtido além da renda escravista em alimentação, vestuário, pagamento de alojamento, formação de um pecúlio, etc.

A historiografia revisionista romantizou e extrapolou as possibilidades ensejadas por essa forma de trabalho servil, propondo-lhe significado autônomo e possibilidade de superação do status escravista que jamais possuiu.¹⁷ Chegou-se a afirmar que constituiria verdadeira brecha urbana na ordem escravista.¹⁸

Relativamente poucos ganhadores obtiveram a alforria através da compra da liberdade. Em geral, quando isso ocorria, era devido a uma singular habilidade produtiva e parcimônia de gastos, após décadas de trabalho e poupança. A compra da alforria ensejava descapitalização do ganhador, quando declinava sua capacidade produtiva. Ela permitia que o escravizador trocasse um produtor usado por um novo.

A maioria dos cativos ganhadores, de aluguel ou explorados diretamente pelos escravizadores, viveu e morreu sob as duras condições escravistas da vida, em contexto em que o trabalho era objetivação da exploração e não de sua superação relativa.¹⁹

Nos estatisticamente poucos casos em que cativos alcançaram a superar o status servil através da obtenção de alforria paga ou gratuita, eles rompiam objetiva e subjetivamente com a classe dos trabalhadores escravizados, privando-a de alguns dos seus mais dinâmicos membros. Como

¹⁶ Cf. MAESTRI, Mário. O cativo e o sobrado: arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho. Passo Fundo: EdiUPF, 2001. ALGRANTI, L. M. O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988. ANDRADE, M. J. de S. A mão de obra escrava em Salvador: 1811-1860. São Paulo: Corrupio; Brasília, DF: CNPq, 1988. FREYRE, Gilberto (1900-1987) Sobrados & mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. REIS FWHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

¹⁷ Cf. MATROSO, Kátia de Queiros. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. MAESTRI, Mário. O ganhador, o alforriado, o bacalhau: breves considerações sobre o caráter subordinado da escravidão urbana e sobre outros problemas teóricos da historiografia do escravismo brasileiro. VERITAS: Revista trimestral da Puc - Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 35, n. 140, dez. 1990. p. 695 - 705.

¹⁸ Cf. SILVA, M. R. N. da. O negro na rua: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: CNPq, 1988.

¹⁹ Cf. ZANETTI, Valéria. Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860). Passo Fundo: EdUPF, 2002.

foi visto, o passo seguinte na ascensão social era tornarem-se proprietários de cativos.

2.2 Brasil: A pré-história rural do moderno mundo do trabalho

No Brasil escravista, de 1532 a 1888, o mundo rural dominou em forma substantiva o mundo urbano, social e economicamente subordinado. Mesmo no século 18, durante o ciclo mineiro, a fazenda monocultora escravista subordinou fortemente o universo sócio- produtivo escravista colonial.

No Quinhentos, o litoral brasílico era habitado sobretudo por comunidades aldeãs tupis-guaranis organizadas em torno de uma horticultura itinerante de plantação²⁰ que ensejava forte autonomia entre as aldeias e frágeis raízes dos horticultores com estas últimas inexistência de celeiros; frágeis raízes com território utilizado extensiva e provisoriamente, etc.²¹

A escravização açucareira dizimou a sociedade nativa e gerou comunidades de produtores destribalizados que, em contato com a sociedade e Estado dominantes, retomaram, em geral e isoladamente, práticas produtivas tradicionais. As formas caboclas de produção ensejadas por esse processo geravam frágeis laços societários e com uma terra que não constituía *locus* coagulador do trabalho pretérito.²²

2.2.1 Africanos escravizados

A partir dos anos 1570, a substituição da dominância da escravidão americana pela africana introduziu forçosamente no Brasil de três a cinco milhões de africanos arrancados do continente negro. Na África, esses trabalhadores escravizados haviam sido pastores, artífices e sobretudo camponeses aldeões livres. O tráfico constituiu a maior transferência forçada de trabalhadores da história da humanidade.²³

²⁰ Cf. GALVÃO, Eduardo. Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena. Revista do Museu Paulista. Nova Série., São Paulo, v. 14. p. 120-144, 1963. RIBEIRO, Darcy (Ed.), Suma etnológica brasileira. 2.ed. Petrópolis: Vozes\FINEP, 1987. p. 69. MEILLASSOUX, Claude. Mulheres, celeiros & capitais. Porto: Afrontamento, 1977. p. 51-71.

²¹ Cf. MAESTRI, Mário. Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro. (século XVI). 2. cd. Porto Alegre: EdUFRGS, 1995. FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá. CUNHA, M. C. da (Org.). História dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: CNPq, 1992. p. 383.

²² DIAS, Gentil Martins, Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: EdUNB, 1978. p. 69. MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro. CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF Ed., 2002, 149-176.

²³ Cf. CONRAD, Robert, Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. SALVADOR, José G. Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII. São Paulo: Pioneira; EDIJSP, 1981 SILVA, Alberto da Costa. A manilha e o Ubambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Biblioteca Nacional, 2002.

A economia monocultura exportadora exigia que os produtores escravizados conhecessem formas intensas de trabalho compulsório, organizado em equipe, a fim de facilitar a feitorização do trabalho. A organização escravista destruía tendencialmente o universo cultural dos artífices e camponeses africanos, substituído por universo cultural necessariamente pobre, produto das relações produtivas despóticas e da resistência servil.

A escravidão ensejava aos trabalhadores escravizados frágeis laços societários, familiares e com a terra trabalhada.²⁴ São essencialmente ideológicas e desprovidas de base histórica, documentalmente comprovada, as tentativas em curso de delinear cenários não raro paradisíacos para a população escravizada brasileira, através da generalização e potenciação arbitrária de contextos e sucessos circunstanciais ou restritos, geográfica e temporalmente.

No Brasil, a produção servil dominical autônoma de meios de subsistência em parcelas cedidas pelos escravizadores foi fenômeno singular que tendia a dissolver-se quando da expansão da produção escravista mercantil. O caráter singular e a subordinação mercantil determinaram a inexistência do “protocampesinato” proposto pelos defensores da brecha camponesa, fenômeno que se expressou na luta dos cativos pela liberdade, e não pela terra.²⁵

Na crise da produção escravista colonial no Brasil, registra-se orientação radicalmente diversa da conhecida pela escravidão pequeno mercantil na Antiguidade que, através do colonato, ensejou a produção feudal, na qual o trabalhador escravizado — *servus* —, materializado em produtor feudal, obteve liberdades pessoais e domínios sobre a terra que trabalhara sob a escravidão.²⁶

2.3 Brasil: a libertação do trabalho

O principal objetivo das massas escravizadas urbanas e rurais foi a libertação do trabalho feitorizado. A resistência ao trabalho alienado e a fuga foram importantes formas de luta servis. Uma significativa parcela da

²⁴ Cf MATTOSO, Kátia de Queiros. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. SLANES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, 1987. FLORENTINO, Manolo; GÔES, José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. MAESTRI, Mário. Resenha de: FLORENTINO; GÔES. Op. cit. PRAXIS, Minas Gerais, ano 5, n. 11, p.155-157.

²⁵ Cf. GORENDER, Jacob. Op. cit.p, 70-86. CARDOSO, Ciro F. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁶ Cf. BLOCH, Mare. Op.cit. STAERMAN, E. M.; TOFIMOVA, M. L. La achiavitã neil'Italla imperi. ele. Roma, Riuniti, 1975. MAESTRI, Mário. Breve história da escravidão. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. DOCKES, Pierre. La libération médlévale. Paris: Flammarion, 197

população escravizada viveu permanentemente em fuga, nas cidades e nos campos, fenômeno praticamente ainda não tocado pela historiografia brasileira, numa ótica estrutural e sistemática.²⁷

A negação consciente e inconsciente do trabalho alienado foi uma das principais formas de resistência do trabalhador escravizado. Sem referências alternativas, as visões de mundo dessas comunidades foram penetradas pela ideologia dominante. A improdutividade aristocratizante foi paradigma de toda a sociedade escravista.

A escravização do produtor direto nas cidades e no campo pressupunha sua feitorização, minoração cultural e anulação civil tendencial. Os cativos lutaram para construir visões de mundo e laços familiares e societários que se caracterizaram pela fragilidade e precariedade objetiva, já que enquadrados por relações sociais despóticas e pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, em contexto de escassa autonomia produtiva e societária.

Por além das boas intenções, equiparar qualitativa e quantitativamente a cultura dos oprimidos à *cultura dos opressores*, o relativismo cultural contribui para, por um lado, diluir as responsabilidades históricas pela minoração cultural das classes trabalhadoras pelas elites brasileiras e, por outro, dificultar a compreensão da necessidade da superação das profundas sequelas deixadas por essa realidade.

No universo urbano e rural, ao contrário do trabalho livre, a labuta feitorizada foi sempre vista como vetor de alienação, e não de emancipação. Poucos anos após o fim da escravidão, o intelectual negro Manuel Querino procurou pioneiramente resgatar o caráter progressivo e criativo do esforço do trabalhador escravizado na construção da sociedade brasileira, soterrado sob prejuízos elitistas que desqualificavam o trabalho produtivo.²⁸

3 FORMAÇÃO DO MODERNO OPERARIADO URBANO

O processo de industrialização do Brasil iniciou-se em fins do século 19, em forma profundamente regionalizada, sobretudo através da exploração da força de trabalho europeia imigrada especializada e semi especializada e de trabalhadores urbanos de origem nacional não-especializados. No Brasil, a produção manufatureira e fabril iniciou-se quando ainda dominavam as

²⁷ Cf. GOULART, Jose Alípio. Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista/MEC 1972. p. 187-188. MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 3. cd. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. p. 221.224. SANTOS, Ronaldo. M. Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885.1888). São Paulo: IPE, 1980. SIMÃO, A. R. F. Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas 1822-1850). Passo Fundo: UPF Ed., 2002. p. 109.

²⁸ Cf. QUERINO, Manuel Raimundo. O colono preto como factor de civilização brasileira. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

relações escravistas de produção, com trabalhadores escravizados e livres. Não raro, estes últimos haviam sido ou descendiam de trabalhadores escravizados.

Sobretudo após a fundação das primeiras organizações operárias, os trabalhadores imigrados transpuseram práticas, expectativas e comportamentos do mundo do trabalho europeu para as regiões em processo de industrialização, socializando relativamente suas experiências com os trabalhadores nativos, apesar das diversidades nacionais, de língua, etc. Esse processo teve como base e foi impulsionado pela mesma inserção sócio-produtiva.

A aceleração do processo de industrialização ocorrida durante a Grande Guerra e após a crise mundial de 1929 — “industrialização por substituição de importações”²⁹ - ensejou a incorporação à produção industrial, primeiro dos trabalhadores nacionais urbanos desempregados, a seguir de produtores apenas-chegados do meio rural.

Esse movimento maciço ensejou o multitudinário processo de urbanização da sociedade brasileira que metamorfoseou pequenos núcleos urbanos em mega-metrópoles — São Paulo, Belo Horizonte, etc. —, transformando, em poucas décadas, o Brasil de país predominantemente agrário em essencialmente urbano.

Os trabalhadores urbanos e rurais nacionais incorporados à produção tinham vivido inseridos em forma mais ou menos direta no universo escravista. Eram ex-cativos, libertos, ventre-livres, caboclos, posseiros, intrusos, etc. Quando muito, haviam conhecido imperfeitamente a propriedade e o domínio da terra, no contexto da rústica sociedade latifundiária nacional, onde a aldeia camponesa quase inexistia.

3.1 Exceção colonial

A distribuição ou a venda financiada de pequenas glebas agrícolas a imigrantes alemães, italianos, poloneses, etc. ensejou produção e economia camponesa independente que, por décadas, manteve essas comunidades à margem do mercado assalariado de trabalho livre urbano. Detendo os fatores de produção necessários à produção de meios de subsistência, esses produtores não eram obrigados a vender sua força de trabalho ao capital.³⁰

²⁹ cf. IANNI, Octávio. Estado e capitalismo: estrutura social e industrialismo no Brasil. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1965. FONSECA, Pedro c. D. Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989. GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. 5. cd. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³⁰ Cf. MAESTRI, Mário. Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2. ed. rev. e ampl. Passo Fundo: EdiUPF, 2001. VOGT Olário. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS 1849 - 193. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1997. ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 119—1. WENCZENOVICZ,

Em forma desigual, os segmentos sociais urbanos e rurais proletarizados originavam-se em universos societários duramente subalternizados e conheciam realidades culturais, familiares, societárias, etc. muito frágeis. Eram objeto de discriminação racial e linguística, no contexto de sociedade que, realizando transição autoritária para a ordem burguesa, mantinha as comunidades populares à margem dos direitos cidadãos mínimos.³¹

Em geral, os segmentos sociais urbanos e rurais do Brasil incorporados à ordem industrial haviam conhecido historicamente situação de subconsumo. Com escassa experiência no mercado livre de trabalho, uma proletarização, mesmo precária e despótica, significava-lhes progressão social e econômica, absoluta e relativa.

A proletarização industrial raramente constituía decadência em relação a um passado que se pautara pelo subconsumo e por relações de trabalho despóticas que punha à disposição das novas classes proletárias, sem sólidos vínculos aldeões e comunitários, uma muito limitada herança de lutas e mobilizações comunitárias e societárias.

3.2 Passado ingrato

Até certo ponto, no Brasil, para multidões de trabalhadores, em relação ao passado, a proletarização constituiu uma espécie de ponto de partida zero. Ou seja, o início de experiências de socialização por parte de comunidades tendencialmente atomizadas no passado pela ordem colonial escravista e pela sociedade oligárquico-latifundiária.

Nesse sentido, o contrário da Europa, a fábrica não foi o *locus* de restauração e superação de cultura e valores societários pretéritos, mas o espaço de sua formação. Ao menos no que se refere às populações de origem nacional, não efetuou a ressocialização industrial de comunidade urbana e rural de produtores portadoras de sólidos valores e experiências societárias.

Nesse contexto, a fábrica produziu e produz a organização de consciência societária sempre questionada, diluída e fragilizada pelo imenso exército de reserva de origem urbana e rural. Exército que herdou do passado escravista e oligárquico fortes tendências à atomização e à subordinação social. Tendências aprofundadas, no presente, pelas impulsões políticas, social e ideológica, dissociativas do moderno modo de produção capitalista, na sua atual etapa senil.

Thais Janaina. Montanhas que furem as nuvens! A colonização polonesa em Áurea Passo Fundo: UPF Ed., 2002. MARX, Karl. La teoria moderna dela colonizzazione. In: __. 11 capitais: critica de economia política. Roma: Riuniti, 1994.

³¹ Cf. CONRAD, Robert E. A pós-abolição: a reação dos fazendeiros e a queda do Império. [ex.datilografado]. GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990. p. 186.

Nesse sentido, a classe operária brasileira ressent-se singularmente das atuais políticas e tendências capitalistas à terceirização, dispersão e descentralização industrial, atomização produtiva, minimização da legislação do trabalho, degradação do Estado, etc.³²

Descentrado ou marginalizado do espaço de produção industrial, o trabalhador brasileiro perde o quase único vetor de sociabilização efetiva, sem possuir capital cultural e societário acumulado no passado que o ajude a soldar sua marginação temporária ou permanente, fenômeno que contribui para que a criminalidade organizada e as igrejas eletrônicas assumam caráter multitudinário.

4 CONSTRUIR A AUTONOMIA DO MUNDO DO TRABALHO

No Brasil, a construção do futuro parece exigir que o mundo do trabalho seja depurado das impregnações políticas, ideológicas, sociais, etc. estranhas a ele. Processo tendencialmente possível com o fortalecimento, difusão e universalização dos valores do mundo do trabalho — plebeísmo; racionalismo; associativismo; coletivismo, etc. — no seio das classes operárias através da organização autônoma e contraditória em relação ao capital — partidos políticos; associações sindicais, profissionais, comunitárias, escolares; mídia; sociedades culturais, esportivas, etc.

Constitui momento fundamental desse processo a extensão dos valores, das práticas e das formas de organização do mundo do trabalho às comunidades da cidade e dos campos marginalizadas pela produção capitalista, na luta pela destruição, anulação e mitigação das sobrevivências econômicas, políticas, ideológicas, etc. pré-modernas e pré-capitalistas — desvalorização do trabalho; latifúndio; elitismo; racismo; irracionalismo; individualismo, etc.

Nesse contexto geral, a luta pela autonomia do mundo do trabalho urbano e rural não constitui mero processo de transição sócio ideológica de classe em si em classe para si, decorrente do pleno e correto desdobramento das contradições classistas profundas, descrito, proposto e implementado sobretudo no Velho Mundo, permitido por uma constituição plena e anterior do mundo do trabalho como sujeito histórico constituído.

³² Cf. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. cd. São Paulo: Boitempo, 2000. FRIEDMANN, G. O futuro do trabalho humano. Lisboa: Moraes, 1968. GORZ, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. KURTZ. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. NUNES, Célia. A armadilha: incorporação e exclusão na sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Educam: Clacso, 2000. LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos de dialética marxista. Porto: Escorpião, 1974.

Ao contrário, essa luta exige movimento anterior e concomitante de aglutinação sócio-organizativa e de conformação ideológico-cultural das comunidades total, parcial, ou não inseridas no processo produtivo. Ela requer processos e organismos que estabilizem e ampliem a experiência, a cultura e o programa dos segmentos estruturados pela produção, socializando-os com os grupos sociais marginalizados temporária ou permanentemente desta última.

Nesse contexto, o processo de luta pela consecução da autonomia do mundo do trabalho, em prol da efetivação de seus objetivos estratégicos, impõe a incessante mobilização e organização das classes trabalhadoras e populares pela obtenção dos direitos básicos elementares ao salário, à educação, ao lazer, etc., num aqui e agora da vida social cotidiana que rompa radicalmente com o tradicional e permanente reconhecimento retórico desses direitos e a postergação de sua concessão para um futuro, próximo ou distante, que jamais se materializa.

BRAZIL: THE ROOTS OF THE JOB WORLD: the hard struggle for the workers autonomy

ABSTRACT

The European origin of the job world in Brazil. It is presented an analysis of the job world in Europe showing that the emergence of the bourgeoisie and the proletariat happened as a result of the internal contradictions of the urban offices. It is considered the roots of the work in Brazil, stressing its singularities as well as the marks of the long domination and servitude. It is showed that the manufacturing production was born under the influence of the European immigrant.

Keywords: Job — Roots — Brazil. Brazilian workers —Awareness.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. (Org.). Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2001.

ANDRADE, M. J. de S. A mão de obra escrava em Salvador: 1811- 1860. São Paulo: Corrupio; Brasília, DF: CNPq, 1988.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. cd. São Paulo: Boitempo, 2000.

- BLOCH, Marc. La société féodale. Paris: Albin Michel, 1968.
- BRAGA, Isabel M. R. Mouriscos e cristãos no Portugal quinhentista: duas culturas e duas concepções religiosas em choque. Lisboa: Hugin, 1999.
- BOXER, C. R. O império colonial português. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CARDOSO, Ciro F. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987
- CASTRO, Armando. Lições de História de Portugal: as classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade, séc. XVI e XVII. Lisboa: Caminho, 1983.
- CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF Ed., 2002.
- CONRAD, Robert E. A pós-abolição: a reação dos fazendeiros e a queda do Império. [ex.datilografado].
- . Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, M. C. da (Org.). História dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: CNPq, 1992.
- CUNI-L4LL, Alvaro. As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média. 2. cd. rev. e aum. Lisboa: Estampa, 1980.
- DEAS, Gentil Martins. Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: EDUNB, 1978.
- DOCKES, Pierre. La libération médiévale. Paris: Flammarion, 1979.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONSECA, Pedro C. D. Vargas: o capitalismo em construção, 1906- 1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FREYRE, Gilberto. (1900-1987) Sobrados & mucambos: introdução á história da sociedade patriarcal no Brasil. 9. cd. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FRIEDMANN, G. O futuro do trabalho humano. Lisboa: Moraes, 1968.
- GALVÃO, Eduardo. Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena. Revista do Museu Paulista. Nova Série,. São Paulo, v. 14, p. 120-144, 1963.

- MORI, G. La Revolución Industrial. 2. cd. Barcelona: Critica, 1987.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- NUNES, Célia. A armadilha: incorporação e exclusão na sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Educam: Clacso, 2000.
- PALMA, Armando de' La machine e industria da Smith a Marx. Torino: Einaudi, 1971.
- QUERINO, Manuel Raimundo. O colono preto como factor de civilização brasileira. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 6. cd. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- RIBEIRO, Darcy [Ed.]. Suma etnológica brasileira. 2.ed. Petrópolis: Vozes\FINEP, 1987.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, [19—].
- SALVADOR, José G. Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII.. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1981.
- SANTOS, Ronaldo. M. Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888). São Paulo: IPE, 1980.
- SAUNDERS, A. C. de C. M. História social dos escravos e libertos negros em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- SILVA, Alberto da Costa. A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional, 2002.
- SIMÃO, A. R. F. Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas (1822-1850). Passo Fundo: UPF Ed., 2002.
- SILVA, M. R. N. da. O negro na rua: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: CNPq, 1988.
- SLANES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, 1987.
- STAERMAN, E. M.; TOFIMOVA, M. L. La schiaviti nell'Italia Imperiale. Roma: Riuniti, 1975.
- TINHORÃO, José Ramos. O negro em Portugal: uma presença silenciosa. Lisboa: Caminho, 1988.

VOGT, Olário. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS 1849 — 1993. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1997.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. Montanhas que furam as nuvens. A colonização polonesa em Áurea Passo Fundo: UPF Ed., 2002.

ZANETFI, Valéria. Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860). Passo Fundo: EDUPF, 2002.